



prgP

Programas
de Reordenamento
e Gestão da Paisagem

biodesign

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP SC)

RELATÓRIO AMBIENTAL

Resumo Não Técnico

Versão para Discussão Pública

4.^a Fase

outubro de 2023

DGT – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

PROGRAMA DE REORDENAMENTO
E GESTÃO DA SERRA DO
CALDEIRÃO

EQUIPA TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Jorge Cancela

ÁREAS TEMÁTICAS – EQUIPA TÉCNICA

Gestão florestal e economia e desenvolvimento rural – Carlos Rio Carvalho, Margarida Tomé e Cláudio Heitor

Ecologia do fogo – Nuno Guiomar e Sílvia Faria

Avaliação, valoração e remuneração de serviços dos ecossistemas – Rui Santos e Margarida Tomé

Planeamento do território e gestão da paisagem – Jorge Cancela, Sara Fernandes e João Pedro Carvalho

Promoção de processos participativos – Paula Antunes e Pedro Clemente

Sistemas de Informação Geográfica – Cristina Henriques e Júlio Almeida

Avaliação Ambiental Estratégica – Ana Neves Adelino, Rosa Silvério e Ana Jerónimo

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA SERRA DO CALDEIRÃO

RELATÓRIO AMBIENTAL

RESUMO NÃO TÉCNICO

Versão para Discussão Pública

ÍNDICE GERAL

ACRÓNIMOS E SIGLAS	1
1 APRESENTAÇÃO.....	3
1.1 QUAL O OBJETIVO DESTE DOCUMENTO?	3
1.2 O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)?	3
2 MÉTODO DE AA.....	4
2.1 COMO SE REALIZOU A AA?	4
3 OBJETO DE AVALIAÇÃO	5
3.1 QUAL O OBJETO DE AVALIAÇÃO?	5
3.2 QUAIS AS SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS?	6
4 ALCANCE DA AAE	12
4.1 EM QUE CONSISTE?	12
4.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS: O QUE SÃO E QUAIS SÃO?	12
4.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO: O QUE É?	13
4.4 FATORES AMBIENTAIS: QUAIS SÃO?	13
4.5 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)	14
4.5.1 O que são FCD?	14
4.5.2 Quais são os FCD identificados?	14
4.5.3 Constituição dos FCD: Critérios, Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores	15
5 QUAIS OS CENÁRIOS DO PRGP SC ESTUDADOS?	17
6 QUAIS AS CONCLUSÕES DA AAE?	19
6.1 QUAL A EVOLUÇÃO PARA A AI DECORRENTE DO PRGP SC?	19
6.2 COMO SERÁ FEITO O ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PRGP SC?	26
7 ONDE POSSO CONSULTAR O PRGP SC?	38

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 – AI do PRGP SC (concelhos e freguesias).....	6
Figura 2 – Enquadramento nacional e regional da AI do PRGP SC.....	7
Figura 3 – Bacias e sub-bacias hidrográficas abrangidas pela AI do PRGP SC.....	7
Figura 4 – Áreas nucleares do Sistema Nacional de Áreas Classificadas abrangidas pela AI do PRGP SC	8
Figura 5 – Ocupação e uso do solo na AI do PRGP SC	9
Figura 6 – Sub-regiões homogéneas do PROF Algarve na AI do PRGP SC	11
Figura 7 – Unidades de paisagem na AI do PRGP SC.....	12

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Definição e descrição dos FCD	14
Quadro 2 – Quadro de Avaliação (FCD Resiliência ao Fogo).....	15
Quadro 3 – Quadro de Avaliação (FCD Valorização do Território)	16
Quadro 4 – Quadro de Avaliação (FCD Serviços dos Ecossistemas)	16
Quadro 5 – Quadro de Avaliação (FCD Governança Territorial)	17
Quadro 6 - Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 1 Resiliência ao Fogo)	20
Quadro 7 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 2 Valorização do Território).....	22
Quadro 8 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 3 Serviços dos Ecossistemas).....	23
Quadro 9 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD4 Governança Territorial)	24
Quadro 10 – Programa de Seguimento (FCD Resiliência ao Fogo)	27
Quadro 11 – Programa de Seguimento (FCD Valorização do Território).....	30
Quadro 12 – Programa de Seguimento (FCD Serviços dos Ecossistemas).....	35
Quadro 13 – Programa de Seguimento (FCD Governança Territorial)	36

ACRÓNIMOS E SIGLAS

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AI	Área de Intervenção
AIGP	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
COS	Carta de Ocupação do Solo
DA	Declaração Ambiental
DGT	Direção-Geral do Território
EA	Entidades de Acompanhamento
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
ERPA	Estratos de Referência da Paisagem Atual
FA	Fatores Ambientais
FA	Fundo Ambiental
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FGC	Faixas de Gestão de Combustível
PRGP SC	Programa de Reordenamento e Gestão da Serra do Caldeirão
PRGP SMS	Programa de Reordenamento e Gestão das Serras de Monchique e Silves
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
OIGP	Operação Integrada de Gestão da Paisagem
OOTU	Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo
PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PEPAC	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
PMDFCI	Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndio
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROF Algarve	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve
PRR	Programa de Recuperação e Resiliência
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégica

RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
REOT	Relatório do Estado do Ordenamento do Território
RICA	Rede de Informação de Contabilidade Agrícola
RJAAE	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRP	Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem
RNT	Resumo Não Técnico
SE	Serviços dos Ecossistemas
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SRH	Sub-Regiões Homogéneas
SRUP	Servidões e Restrições de Utilidade Pública
UGP	Unidade de Gestão da Paisagem

1 APRESENTAÇÃO

1.1 QUAL O OBJETIVO DESTE DOCUMENTO?

O Resumo Não Técnico (RNT) constitui um documento independente do processo de Avaliação Ambiental (AA) do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão (adiante designado PRGP SC) e, tem por objetivo, facilitar a divulgação da AA, apresentando os conteúdos da avaliação desenvolvida de forma resumida, clara e tecnicamente acessível, permitindo a familiarização do público em geral às principais oportunidades e riscos decorrentes da implementação do Programa.

No RNT encontram-se evidenciados os temas essenciais abordados no Relatório Ambiental (RA) do PRGP SC, que acompanha, contendo as principais análises e conclusões resultantes da avaliação ambiental efetuada.

Para obter um maior aprofundamento e detalhe sobre os temas abordados no presente documento, recomenda-se a consulta do RA.

De referir que a atual versão do Relatório Ambiental, bem como o presente Resumo Não Técnico, integram as ponderações aos pareceres emitidos pelas entidades competentes em fases anteriores, tendo em vista a sua disponibilização para apoio à Discussão Pública.

1.2 O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)?

A AAE constitui um procedimento obrigatório, previsto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que resulta da transposição da Diretiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de julho de 2001.

O grande objetivo deste instrumento de avaliação é estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais, sociais e económicas nas diversas fases de elaboração do Programa.

Este instrumento constitui um processo contínuo de avaliação da sustentabilidade ambiental que decorre em simultâneo com o procedimento de elaboração do PRGP SC de identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente e no território, decorrentes da implementação Programa.

2 MÉTODO DE AA

2.1 COMO SE REALIZOU A AA?

O processo de AA foi realizado em simultâneo com a elaboração do PRGP SC, numa contínua articulação com as fases do Programa, existindo uma sistemática consulta e integração dos elementos que foram sendo produzidos, identificando potenciais oportunidades e riscos e, eventuais efeitos no ambiente e no território decorrentes da futura aplicação do Programa, estabelecendo recomendações que visam prevenir e minimizar esses efeitos.

O processo metodológico de AA desenvolve-se assim em cinco fases:

- 1ª Fase – Relatório metodológico e definição dos limites da AI, compreendeu a aferição da metodologia de elaboração do Programa, da AA e do Processo Participativo, assim como a calendarização dos trabalhos e a proposta do limite da AI do PRGP SC. Desta fase resultou como produto um relatório entregue à DGT.

- 2ª Fase – Determinação do Âmbito da Avaliação Ambiental (desenvolvida em simultâneo com o Diagnóstico Prospetivo e com a Proposta Preliminar do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC), nesta fase procedeu-se à focagem ao objeto de avaliação com a definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), identificados como os temas chave que permitem estruturar e objetivar a análise e a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica, decorrentes da futura implementação da Proposta de PRGP SC.

Nesta fase foi ainda efetuada uma análise integrada das componentes de base estratégica designadamente, as Questões Estratégicas (QE), o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e os Fatores Ambientais (FA), tendo permitido a construção do Quadro de Avaliação que integrou os FCD estabelecidos e, para cada um deles, os respetivos Critérios, Objetivos de Sustentabilidade, Indicadores de Avaliação e Metas.

A determinação do âmbito da avaliação ambiental e do alcance foram consubstanciadas no RFCD, submetido na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, sujeito à consulta e emissão de parecer das ERAE. Os pareceres recebidos das ERAE foram ponderados no RA e na Proposta do PRGP SC.

- 3ª Fase – Análise e Avaliação da Proposta de PRGP SC, correspondeu à aferição do âmbito da AA e do seu alcance, decorrente da ponderação dos pareceres das ERAE ao RFCD, seguindo-se a análise e avaliação da Proposta do PRGP SC. Esta fase incluiu a avaliação de cenários, a avaliação estratégica e dos efeitos no ambiente por FCD, incluindo a análise da situação de referência e de oportunidades e riscos, definição das medidas e recomendações

de planeamento e gestão, bem como das de seguimento, e ainda do quadro de governança. Esta fase culminou com a elaboração da Síntese da Avaliação Ambiental e na definição do Programa de Seguimento, materializando-se no Relatório Ambiental.

Nesta fase, a DGT irá apresentar às Entidades Territorialmente Competentes e às ERAE, a Proposta do Programa e o RA, para Conferência Procedimental, Pareceres das Entidades e eventuais Reuniões de Concertação.

- 4ª Fase – Elaboração dos documentos de suporte à Discussão Pública, na qual será preparado o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico, incluindo a ponderação dos pareceres emitidos pelas entidades territorialmente competentes. Estes documentos acompanharão a Proposta de PRGP SC para Discussão Pública.
- 5ª Fase – Elaboração da versão final do Relatório Ambiental e da Proposta de Declaração Ambiental, em simultâneo com os elementos finais da Proposta de PRGP SC, decorrentes das alterações consideradas relevantes no período de Discussão Pública.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, às restantes ERAE consultadas no procedimento de AA e disponibilizada ao público para consulta, através da respetiva página da internet.

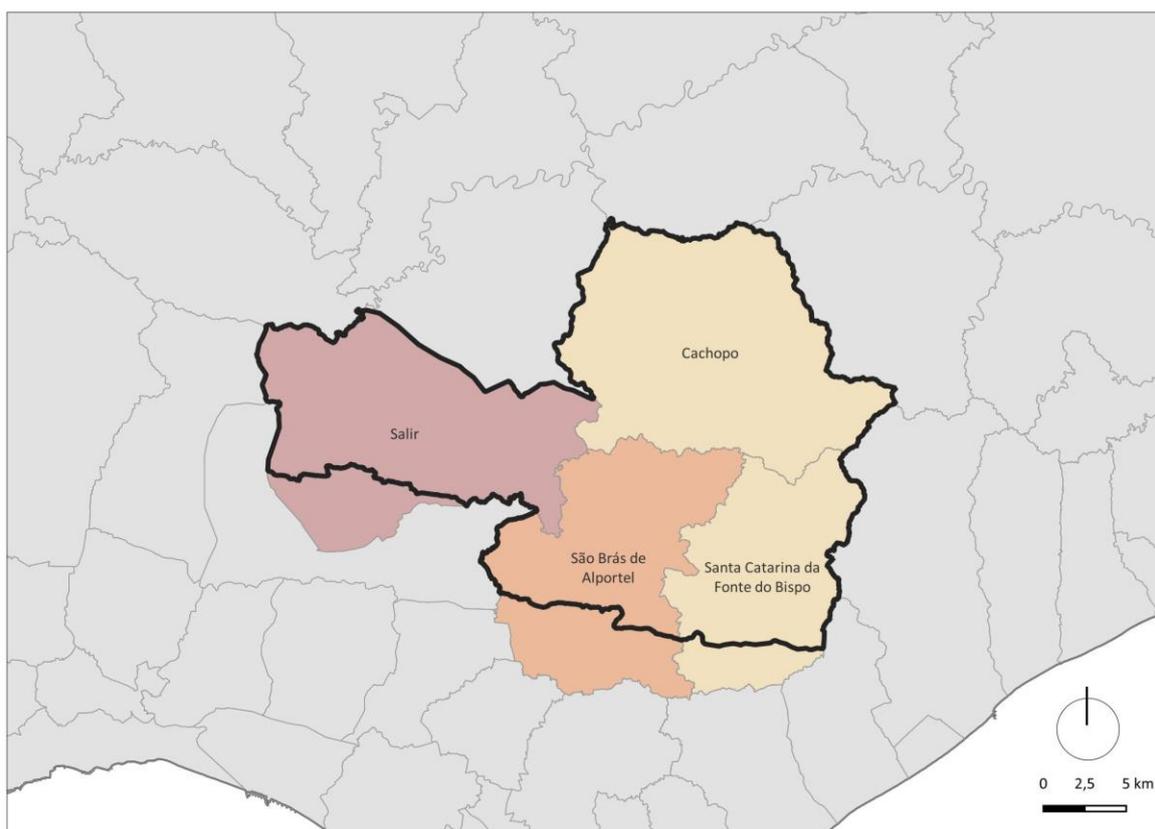
3 OBJETO DE AVALIAÇÃO

3.1 QUAL O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O objeto da presente AA corresponde à estratégia de elaboração do PRGP SC, dando cumprimento aos objetivos operacionais definidos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho e aos objetivos estratégicos estabelecidos no Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, que será materializada no modelo de ordenamento territorial (desenho da paisagem) para a AI.

A AI do PRGP SC, com uma expressão territorial de 56.348 ha, localiza-se na região do Algarve (NUTS II e III), e integra parte dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, conforme se ilustra na Figura 1.

O PRGP SC constitui um instrumento que define, planeia, programa e gere os territórios vulneráveis, através da reconversão da paisagem, reduzindo o perigo de incêndio e a severidade da área ardida, dotando o território de uma maior resiliência.



Legenda

-  Proposta de Limite da Área de Intervenção do PRGP SC
- Concelhos que integram a Área de Intervenção do PRGP SC
 -  Loulé
 -  São Brás de Alportel
 -  Tavira
-  Limites de Freguesia

Figura 1 – AI do PRGP SC (concelhos e freguesias)

3.2 QUAIS AS SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS?

Com uma expressão territorial de 56 348 ha, a AI localiza-se na região do Algarve e abrange três concelhos: Loulé, São Brás de Alportel e Tavira.

A AI integra, na totalidade, a freguesia do Cachopo e parcialmente a freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo (83%) do concelho de Tavira, de Salir (83%) do concelho de Loulé e de São Brás de Alportel (70%), do concelho homónimo. A delimitação da AI foi baseada nos limites da rede viária, linhas de água e limites administrativos, previamente instituídos.

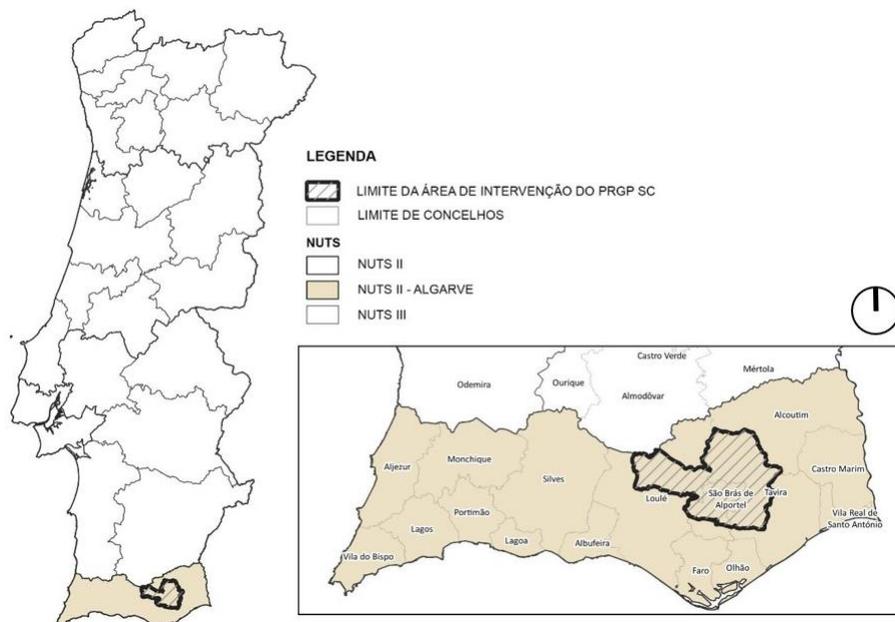


Figura 2 – Enquadramento nacional e regional da AI do PRGP SC

A área da PRGP SC insere-se nas Regiões Hidrográficas do Guadiana e das Ribeiras do Algarve, conforme Figura 3, sendo marcada por parte das bacias hidrográficas:

- Da ribeira do Vascão e de Odeleite, afluente da margem direita do Rio Guadiana;
- Do rio Arade, da ribeira de Quarteira e do rio Ségua, que desaguam diretamente no litoral do barlavento algarvio.

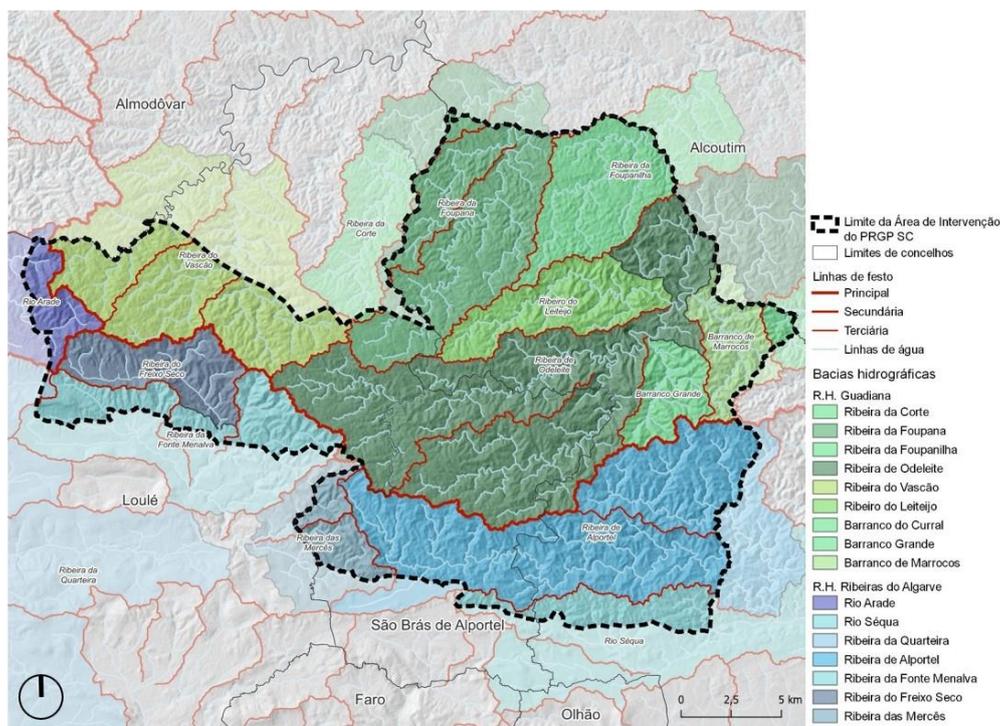


Figura 3 – Bacias e sub-bacias hidrográficas abrangidas pela AI do PRGP SC

Quanto à conservação da natureza, encontram-se abrangidas na AI do PRGP SC, conforme Figura 4, as seguintes áreas:

- De Rede Natura 2000 (integra parte da ZEC do Caldeirão e Zona de Proteção Especial do Caldeirão e parte da ZEC Barrocal);
- De Rede Nacional de Áreas Protegidas (integra a Paisagem Protegida Local – Rocha da Pena);
- Classificadas ao abrigo de compromissos internacionais (Sítio Ramsar, Ribeira do Vascão).

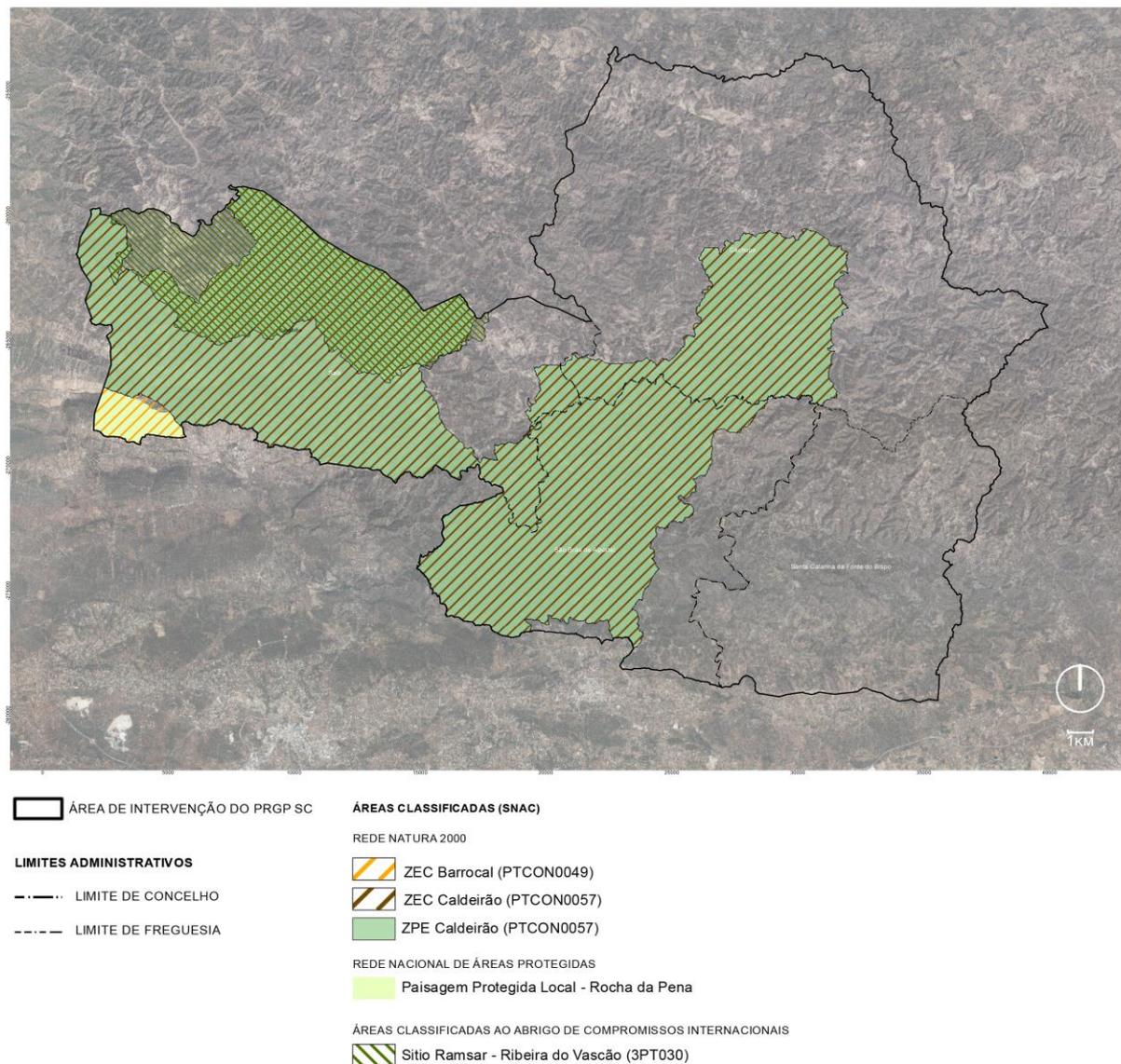


Figura 4 – Áreas nucleares do Sistema Nacional de Áreas Classificadas abrangidas pela AI do PRGP SC

Relativamente à ocupação do solo, na AI do PRGP SC, destaca-se uma maior representatividade para as Florestas – 60%, seguindo-se os Matos – 28,8%, a Agricultura e Superfícies agroflorestais (SAF) – 4,7% e 4,5%, respetivamente, as Pastagens – 0,8%, os Territórios Artificializados – 0,7% e as Massas de Água Superficiais – 0,5%, contabilizando estas categorias a totalidade da AI.

É importante referir algumas particularidades sobre as características dos espaços afetos às Florestas, Superfícies Agroflorestais, Matos e Agricultura.

Destaca-se nas áreas de Florestas, a dominância de Florestas de Sobreiro – 24 770 ha, seguindo-se de áreas ocupadas por Florestas de Pinheiro Manso – 4 553 ha, SAF – 2 546 ha e Floresta de Azinheira – 1 776 ha que se localizam, predominantemente, nas áreas dos concelhos de Loulé e São Brás de Alportel. As Florestas de Pinheiro Bravo, Eucalipto e Outras Folhosas, com respetivamente 763, 549 e 321 ha, apresentam reduzida dimensão. Quanto aos diferentes tipos de SAF de Sobreiro, de Azinheira, Sobreiro com Azinheira e outras misturas, encontram-se dispersos pela AI, representando uma área de 2 546 ha. As áreas de Matos, representam cerca de 29% da AI, correspondente a 16 207 ha, sobretudo na área do concelho de Tavira. Os espaços dedicados à Agricultura, estão presentes em 5% da AI e possuem uma maior representatividade junto ao limite Sul, na transição da Serra para o Barrocal.

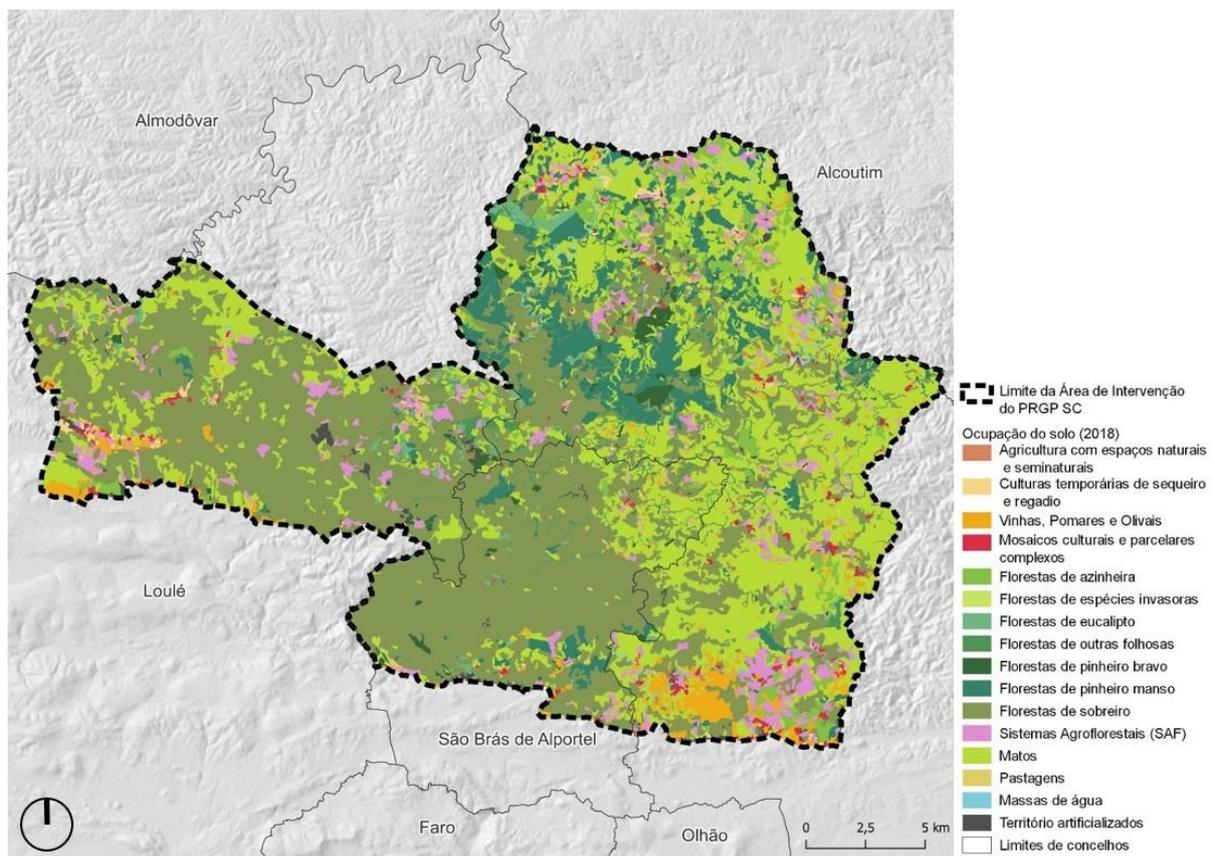


Figura 5 – Ocupação e uso do solo na AI do PRGP SC

Na evolução do solo na AI, entre os anos 1995 e 2018, regista-se:

- A estabilidade da área de “Agricultura”, que decorre de um pequeno acréscimo de área de cultura permanentes e, em simultâneo, da diminuição das culturas temporárias (não as substituindo diretamente);

- A estabilidade da área de “Florestas”, em particular, da área de Floresta de Sobreiro (variação de 1,9%), estável pela natureza produtiva, proteção jurídica e pelos investimentos realizados, principalmente no âmbito da florestação de terras agrícolas, compensando as perdas decorrentes dos dois grandes incêndios, de 2004 e 2012. As áreas florestais de Azinheira, Outras Folhosas e Pinheiro Bravo, mantêm-se estáveis;
- A variação positiva da área de Pinheiro Manso – cerca de 43,3%, substituindo, as áreas de “Matos”;
- A variação negativa das “Pastagens” associada ao decréscimo pronunciado no número de animais, em produção pecuária.

Na AI encontram-se dois aproveitamentos hidroagrícolas:

- Grainho, localizado na freguesia de Cachopo, com uma área total de 6 ha, sendo explorados 4 ha;
- Mealha, na mesma freguesia, com uma área de projeto de 12 ha e explorados apenas 3 ha.

A AI do PRGP SC regista uma baixa densidade populacional, onde a população residente é envelhecida, decorrente da fraca capacidade de retenção de jovens, quer pela falta de oportunidades de empregos e dificuldades na aquisição/aluguer de habitação, criando-se condições favoráveis para a migração para o litoral.

Nos últimos trinta anos, o decréscimo de população e o seu envelhecimento, aliados aos baixos rendimentos, têm levado à degradação da capacidade de gestão e de manutenção dos terrenos agrícolas e florestais. O abandono destes tem conduzido ao aumento dos riscos de incêndios rurais e aos custos crescentes para o seu combate.

Relativamente à **estrutura da propriedade**, a fragmentação e pequena dimensão, constituem fatores de extrema importância no ordenamento e na gestão do espaço rústico, refletindo-se na dificuldade de iniciativas de cooperação e de associativismo. A distribuição espacial dos prédios rústicos de área reduzida é heterogénea e tem predominância junto aos principais aglomerados urbanos existentes na AI. Já os prédios de maior dimensão, localizam-se na zona sudoeste da freguesia de Cachopo e na zona este da freguesia de São Brás de Alportel.

Na AI do PRGP SC encontram-se abrangidas 13 **Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)**, representando mais de 50% da mesma, designadamente: ZIF Freixo Verde (PTZIF103); ZIF Serra do Caldeirão/Loulé (PTZIF004), ZIF Serra do Caldeirão – Loulé II – Vale da Rosa (PTZIF226), ZIF Serra do Caldeirão – Loulé III – Carrasqueiro (PTZIF227), ZIF Serra do Caldeirão-Loulé IV-Besteiros (PTZIF228); ZIF Serra do Caldeirão – Tavira (PTZIF026), ZIF Serra do Caldeirão – Tavira II (PTZIF151), ZIF Serra do Caldeirão – Cachopo Norte (PTZIF178), ZIF Serra do Caldeirão – Cachopo Sul (PTZIF169), ZIF Serra

do Caldeirão – São Brás de Alportel (PTZIF029), São Brás de Alportel II – Cova da Muda (PTZIF247), São Brás de Alportel III – Cabeça do Velho (PTZIF251), ZIF “Aba do Caldeirão” (PTZIF271).

Quanto ao **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve)**, publicado pela Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro, a AI é abrangida pelas sub-regiões homogêneas “Serra do Caldeirão” na sua quase totalidade e “Barrocal”, com reduzida expressão, conforme Figura 6.

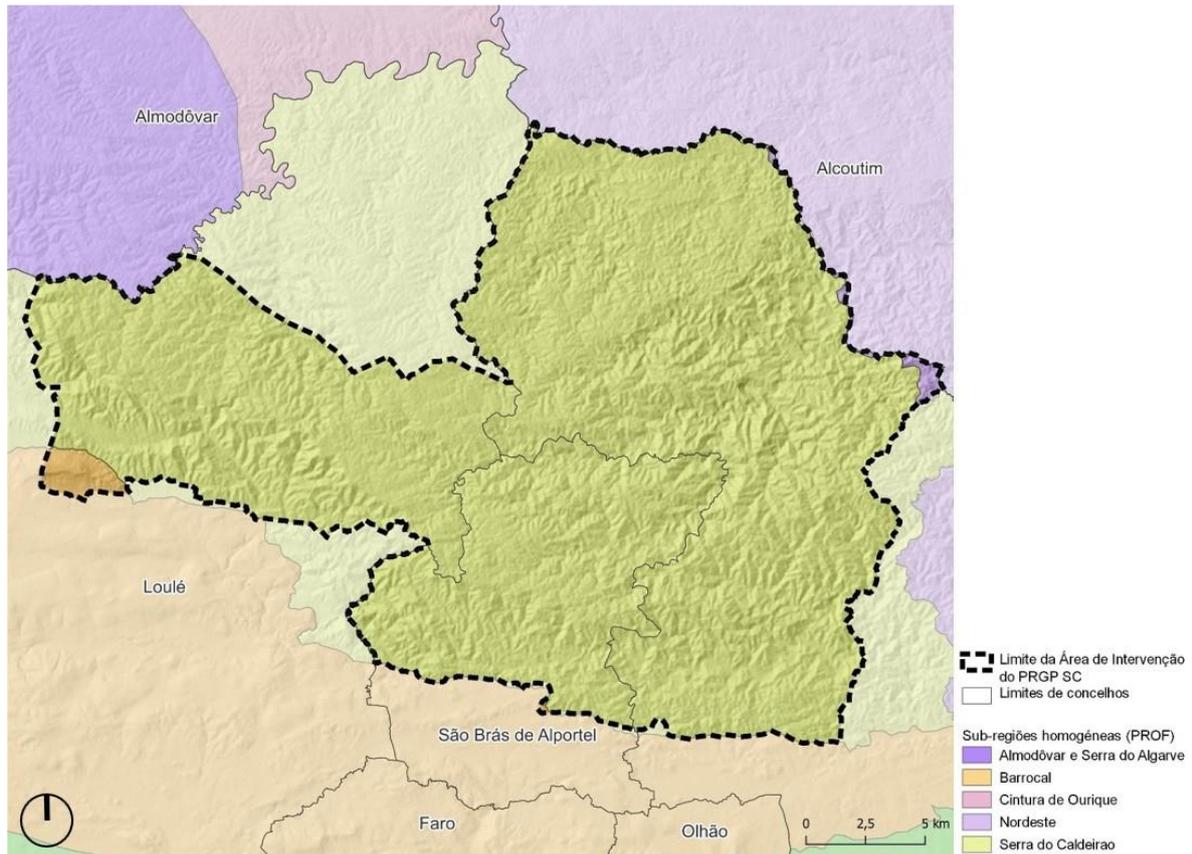


Figura 6 – Sub-regiões homogêneas do PROF Algarve na AI do PRGP SC

No que se refere às **Unidades de Gestão da Paisagem**, a AI do PRGP SC é abrangida pela “UGP1 | Cabeceira da Serra do Caldeirão”, UGP2a – Pinhais de Alcaria”, UGP2b – Relevos de Cachopo”, UGP3 – Encostas de Odeleite”, UGP4 – Vale agrícola de Alportel”, “UGP5 – Vale do Freixo Seco” e “UGP6 - Rocha da Pena”, conforme Figura 7.

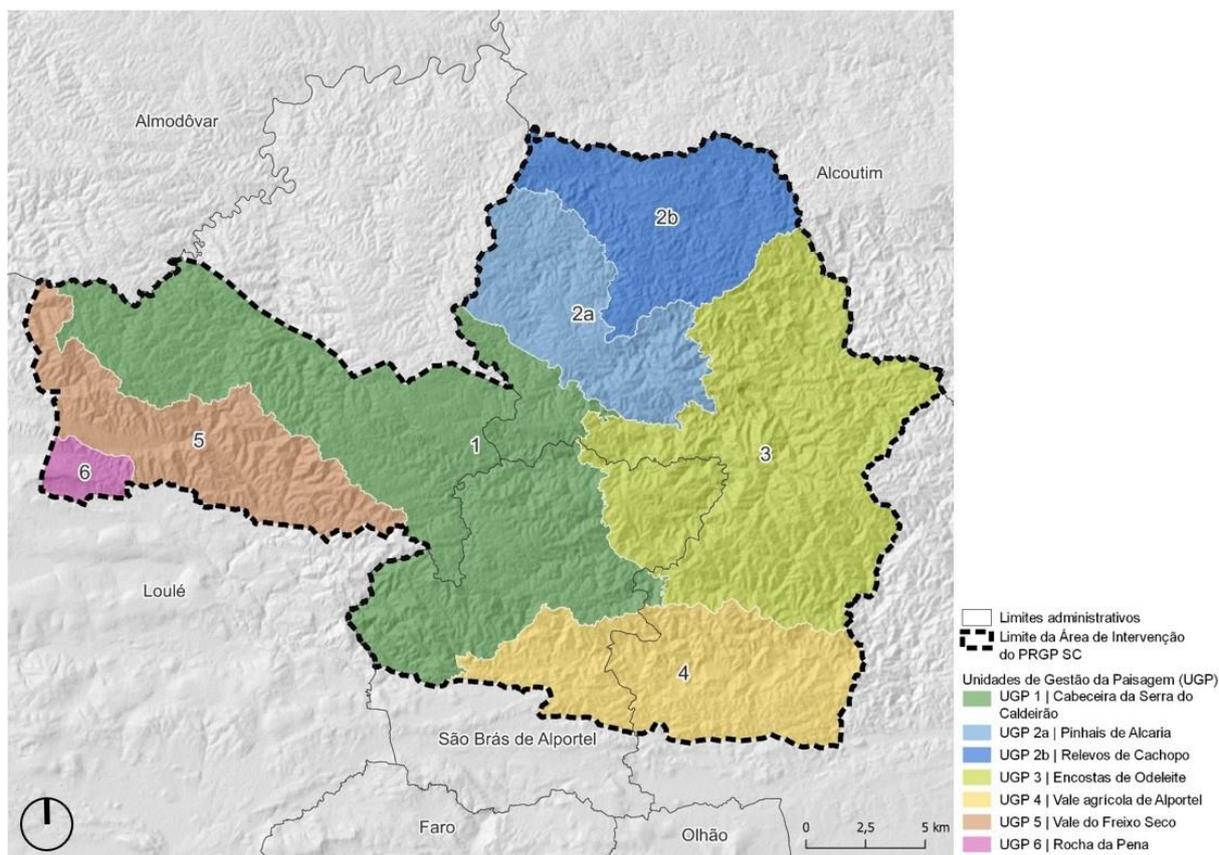


Figura 7 – Unidades de paisagem na AI do PRGP SC

4 ALCANCE DA AAE

4.1 EM QUE CONSISTE?

O alcance da AAE consiste em identificar os temas mais relevantes a serem abordados no processo de avaliação do PRGP SC, e que resultam de uma análise integrada das Questões Estratégicas, do Quadro de Referência Estratégico e dos Fatores Ambientais.

4.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS: O QUE SÃO E QUAIS SÃO?

As QE constituem os desígnios de natureza estratégica, objetivos e linhas de força associados ao PRGP SC, aos quais este terá de dar resposta.

Foram assim estabelecidas as seguintes QE do PRGP SC:

- QE1: Adaptação e resiliência dos territórios

- QE2: Valorização do capital natural
- QE3: Atratividade e desenvolvimento económico
- QE4: Colaboração e governança territorial
- QE5: Adequação ao modelo de financiamento

4.3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO: O QUE É?

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) representa as macro orientações de política nacional, europeia e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, que são relevantes na determinação do referencial para avaliação e, no enquadramento às suas Questões Estratégicas do Programa objeto de estudo – PRGP SC.

O QRE constitui assim um quadro estratégico e orientador que integra os documentos relevantes com incidência na área do Programa. Estes documentos que correspondem a documentos nacionais de referência, foram selecionados e agrupados atendendo ao seu âmbito, conforme se apresenta:

- a) Âmbito Europeu
- b) Âmbito Nacional:
 - Programas de Fundos Comunitários de Desenvolvimento Regional
 - Estratégias, Programas e Planos
- c) Âmbito Regional:
 - Planos Regionais de Ordenamento do Território
- d) Âmbito Municipal:
 - Planos Municipais de Ordenamento do Território

4.4 FATORES AMBIENTAIS: QUAIS SÃO?

Os Fatores Ambientais considerados na presente avaliação foram estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, na alínea e), n.º 1, Artigo 6.º, no que respeita à “biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a *inter-relação entre todos estes fatores*”.

De entre os FA analisados verifica-se uma forte convergência das QE com os FA, sendo que as QE1 “Adaptação e resiliência dos territórios”, QE2: “Valorização do capital natural” e QE3 “Atratividade e desenvolvimento económico” se relacionam com a maioria dos FA.

Quanto às QE4 “Colaboração e governança territorial” e QE5 “Adequação ao Modelo de Financiamento” verifica-se, uma convergência mais fraca com os FA, decorrente dos temas que lhe estão subjacentes (consciência cívica, envolvimento dos atores chave, corresponsabilização dos agentes do território, programação das intervenções e modalidades de financiamento).

4.5 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

4.5.1 O que são FCD?

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas mais relevantes a serem abordados no âmbito da AAE e serviram para estruturar e objetivar a avaliação dos eventuais efeitos de natureza estratégica no ambiente e no território, resultantes da aplicação do PRGP SC.

Os FCD resultaram do profundo conhecimento da equipa sobre a AI e das potencialidades e fragilidades ambientais existentes.

4.5.2 Quais são os FCD identificados?

No âmbito da AAE do PRGP SC, foram identificados os seguintes FCD:

Quadro 1 – Definição e descrição dos FCD

FCD	Descrição Sumária
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC no ordenamento biodiverso e resiliente da floresta conjugado com mosaicos agrícolas e silvo-pastoris, de áreas abertas, promovendo a prevenção e adaptação do território aos incêndios rurais e a outras vulnerabilidades, no quadro de mudanças climáticas
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC na promoção da multifuncionalidade territorial, na valorização dos ativos locais e na gestão sustentável da propriedade rústica. Avalia ainda o incremento da Proposta do Programa na diversificação das atividades económicas promovendo a criação de emprego, a fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC na criação de valor, quer a partir dos recursos e valores disponíveis para as atividades existentes e potenciais, quer no incremento da biodiversidade e conservação da natureza, promovendo a remuneração dos serviços dos ecossistemas.
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Avalia o contributo da Proposta do PRGP SC no reforço das competências e do relacionamento entre atores públicos e privados, no envolvimento e corresponsabilização dos produtores agrícolas, florestais e outros agentes do território em novas formas de gestão coletiva e agrupada. Avalia ainda a articulação da Proposta de Programa com os outros instrumentos de ordenamento territorial

Considerou-se relevante a relação forte dos FCD com os diferentes documentos do QRE, demonstrando o seu papel no cumprimento das diretrizes ou linhas estratégicas destes.

Foi ainda realizada a convergência entre os FA e os FCD, de modo a averiguar se os FCD selecionados garantiam os domínios ambientais referidos no Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Desta última análise constatou-se uma forte relação dos FCD com os FA, sendo que os FCD “Resiliência ao Fogo”, “Valorização do Território” e “Serviços dos Ecossistemas” apresentam convergência com a maioria dos FA definidos.

4.5.3 Constituição dos FCD: Critérios, Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores

Para cada FCD foram determinados critérios que permitem uma focagem em cada tema, objetivos de sustentabilidade que são propósitos que a AAE pretende atingir e, por fim, a identificação dos indicadores que visam quantificar, qualificar e avaliar os efeitos significativos para o ambiente e para o território do PRGP SC.

Apresentam-se nos Quadros 2, 3, 4 e 5 os critérios, objetivos de sustentabilidade e os indicadores estabelecidos, para cada FCD.

Quadro 2 – Quadro de Avaliação (FCD Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores (Designação)
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	Mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas criados
			Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas
			Matos com gestão
			Descontinuidades no território
	Gestão dos espaços rurais		Áreas rurais com gestão
	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	Povoamentos florestais afetados por fogos rurais
			Intensidade potencial do fogo
			Perigosidade de incêndio rural
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	Erosão dos solos
			Áreas de solos e vegetação degradados nas áreas mais suscetíveis à desertificação

Quadro 3 – Quadro de Avaliação (FCD Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores (Designação)
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	Mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas criados
			Florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas
			Matos com gestão
		Valorização dos ativos do território	Áreas rurais com gestão
			Linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas e propostas
			Património cultural valorizado
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	Diversificação das atividades económicas (agricultura, floresta, silvo-pastorícia, cinegética, turismo e cultura)
			Apoios financiados aos espaços rurais
			Criação de emprego
			População residente
População presente			
		Agglomerados populacionais	

Quadro 4 – Quadro de Avaliação (FCD Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores (Designação)
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	Incremento da provisão por tipo de serviço

Quadro 5 – Quadro de Avaliação (FCD Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores (Designação)
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	Atores públicos e privados envolvidos à elaboração e implementação do PRGP SC
			Reforço de competências e de relacionamento
		Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	Envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território
	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	Articulação / compatibilização do Programa com IGT aplicáveis
		Servidões administrativas e restrições de utilidade pública (SARUP) consideradas no Programa	

5 QUAIS OS CENÁRIOS DO PRGP SC ESTUDADOS?

Partindo da situação de referência, correspondente à AI do PRGP SC, foram elaborados e avaliados, conjuntamente pela equipa do Programa e equipa da AA, 3 cenários baseados na economia do território, governança, ocupação do solo, gestão de áreas protegidas e classificadas, gestão de fogos rurais, regime de apoios e investimentos.

A ponderação e avaliação, no âmbito da AA, para escolha do cenário mais favorável, enquanto opção mais equilibrada do ponto de vista urbanístico, ambiental, social e económico, vêm consubstanciar a Proposta do PRGP SC.

Do processo de cenarização que ocorreu, consideraram-se os seguintes cenários:

- **Cenário 1 – Cenário Passivo**

Relativamente à gestão de áreas protegidas e classificadas, nas áreas sobre jurisdição do ICNF aplicam-se as disposições dos Planos de Gestão das ZEC; está prevista, quanto à ocupação do solo, a manutenção atual, na generalidade da AI; a gestão de fogos rurais, antecipa o padrão atual da implementação e manutenção das faixas de gestão de combustíveis da rede primária, da gestão de combustíveis em mosaico, das operações de fogo controlado, mantendo-se o nível de perigosidade; não são preconizados mosaicos agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogéneos. Neste cenário, está previsto o mesmo padrão de apoios e investimento florestal, sendo inexistente a remuneração dos serviços dos ecossistemas.

▪ **Cenário 2 – Cenário de Transição Positiva**

As propostas para desenho da paisagem do PRGP SC aplicam-se fora das áreas da ZEC Caldeirão e ZEC Barrocal, sendo que dentro destas se aplicam as normas dos respetivos Planos de Gestão. Relativamente à ocupação do solo, as áreas de agricultura são mantidas ou expandidas para áreas inseridas em RAN e para outras áreas contíguas com potencial agrícola; as galerias ripícolas são valorizadas e plantadas nas principais linhas de água fora das áreas das ZEC, sendo promovido o controlo de espécies invasoras; as pastagens, fora das áreas das ZEC, são mantidas e desejavelmente expandidas; nas áreas de matos, consoante os declives, e nas áreas florestais, aplica-se os 6 regimes de transformação de gestão; é melhorada vitalidade e, conseqüentemente a produtividade dos povoamentos de sobreiro e SAF de sobreiro e azinheira; as espécies invasoras são erradicadas e transformadas em mata de proteção. Relativamente à gestão de fogos rurais: as FGC da Rede Primária são implementadas e geridas de acordo com metas estabelecidas; nas AEGC, pratica-se a gestão anual 5-10% das áreas de matos, dos mosaicos agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogêneos; o regime de gestão de combustíveis aplica-se a todas as áreas de mato e floresta. No horizonte do programa, a economia do território beneficia do financiamento assegurado pela implementação do PRGP SC e, designadamente, dos mecanismos de remuneração dos serviços dos ecossistemas, verificando-se o aumento progressivo da importância das atividades turísticas. Neste cenário são contemplados financiamentos públicos, por um período de 10 a 15 anos e é reforçado o envolvimento das entidades responsáveis do território.

▪ **Cenário 3 – Cenário Ideal**

No cenário ideal, as propostas do PRGP SC aplicam-se à totalidade da AI e nas áreas sobre jurisdição do ICNF, havendo a articulação com os respetivos Planos de Gestão das ZEC, aprovados. No âmbito da ocupação do solo antecipa que as áreas agrícolas ocupem áreas da RAN, que não estão em modo produtivo e a sua expansão por áreas contíguas; as galerias ripícolas, tais como no cenário 2, são valorizadas, promovendo o aumento da área dos habitats 92D0 e 92A0; nas áreas de pastagens, matos, florestas de outras folhosas, de pinheiro bravo e manso aplica-se os diferentes regimes; os povoamentos de sobreiro e SAF de sobreiro e azinheira, são mantidos e melhorados, quando à vitalidade e produtividade; as áreas de eucalipto são mantidas, com possível rearboreização; as florestas de invasoras são erradicadas e transformadas. Relativamente à gestão de combustíveis, a rede primária de FGC é implementada na totalidade; nas áreas de matos, mosaico agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogêneos é implementado um programa de fogo controlado, complementado por fogos de gestão, registando-se uma acentuada diminuição da perigosidade de incêndio. Quanto à economia do território, o património e cultural são reconhecidos como principais ativos na valorização do território, prevalece uma dinamização das atividades económicas, na melhoria de acessibilidades e oferta de serviços básicos. Verifica-se a revitalização e

crescimento controlado nos aglomerados populacionais. Neste cenário são contemplados financiamentos públicos e ações que promovam a provisão de SE e fomenta-se o financiamento privado. O modelo de governança baseia-se no envolvimento das entidades e na promoção de parcerias público-privadas.

A avaliação comparativa dos Cenários Alternativos, enquanto possíveis cenários a serem adotados na Proposta do PRGP SC, atende os FCD e respetivos critérios estabelecidos no Quadro de Avaliação. A avaliação visa identificar as tendências de evolução – eventuais fragilidades e potencialidades, no ambiente e no território da AI, permitindo a escolha da alternativa mais equilibrada, integradora e exequível.

Da análise efetuada verifica-se que o Cenário Passivo apresenta comportamentos que oscilam entre os efeitos neutro e tendencialmente negativo, face aos FCD considerados, uma vez que representa a situação atual, sem contemplar as propostas de transformação para o território. Por seu lado, os Cenários de Transição Positiva e Ideal apresentam globalmente efeitos potencialmente positivos e muito positivos, para o ambiente e para o território da AI.

Desta análise efetuada, concluiu-se que o Cenário Ideal apresenta um comportamento globalmente mais favorável, apresentando expectativas de efeitos potencialmente muito positivos. Contudo, a escolha do cenário a adotar para o PRGP SC recaiu sobre o **Cenário de Transição Positiva**. A escolha deste cenário é justificada pelos efeitos potencialmente positivos em relação à situação atual, sendo considerado mais equilibrado e exequível no horizonte temporal do Programa, que corresponde a 10 anos, face ao conjunto de propostas apresentadas para os diversos âmbitos.

O cenário adotado pelo PRGP SC permitirá assim uma transição gradual da paisagem atual para o desenho da paisagem proposto, admitindo-se a possibilidade de uma futura evolução no sentido do Cenário Ideal, num horizonte temporal mais alargado – 20 anos.

6 QUAIS AS CONCLUSÕES DA AAE?

6.1 QUAL A EVOLUÇÃO PARA A AI DECORRENTE DO PRGP SC?

No âmbito da AAE e para os FCD considerados, foi efetuada uma avaliação da evolução dos eventuais efeitos decorrentes da aplicação do PRGP SC no ambiente e no território, nas quais se identificam as potenciais oportunidades e riscos nas tendências evolutivas exetáveis, com a sua implementação, conforme quadros 6, 7, 8 e 9.

Quadro 6 - Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 1 Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	<p>Tendo em vista uma melhor gestão, valorização e resiliência aos fogos rurais e a outros riscos decorrentes das alterações climáticas, a Proposta de PRGP SC contempla as seguintes ações para a revitalização do coberto vegetal:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção dos povoamentos de Sobreiros, Azinheiras e SAF; ▪ Manutenção das áreas de Pinheiro Manso; ▪ Áreas de Matos; ▪ Manutenção das Pastagens existentes e possível expansão; ▪ Preservação e valorização do habitat 9330; ▪ Reforço das Galerias Ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo de invasoras; ▪ Criação de Galerias Ripícolas em linhas de água principais; ▪ Constituição de Mosaicos agro-silvo-pastoris. <p>Sobre as áreas Agrícolas ou Agroflorestais, a Proposta do PRGP SC prevê a diversificação e dinamização dos Mosaicos agrícolas promovendo descontinuidades na paisagem e fomentando o dinamismo económico, através das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalização e possível expansão de Mosaicos agrícolas; ▪ Criação de áreas de pomares de Medronho e/ou Alfarroba. <p>Promovendo a alteração do comportamento potencial do fogo, a Proposta prevê as seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível; ▪ Gestão de Matos; ▪ Mosaico Agro-silvo-pastoril; ▪ Mosaico Agrícola heterogéneo; ▪ Recuperação e criação de Galerias Ripícolas.
	Gestão dos espaços rurais		<p>A Proposta de PRGP SC promove e incentiva uma gestão multifuncional das propriedades, por forma a combinar diferentes atividades económicas, como a produção florestal, pequena agricultura, pastoreio e/ou turismo. Pretende-se que estas atividades consigam gerar mais-valias e maior atratividade.</p> <p>A Proposta preconiza o emparcelamento fundiário, com vista a uma gestão mais eficiente dos recursos, aumento da produtividade e da competitividade dos produtores. Esta gestão agregada das propriedades, pretende a criação de bancos de terras, como forma de estimular a atividade agrícola dos atuais proprietários e gerar maior atratividade para novos agricultores.</p>
	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	A Proposta do PRGP SC tem por objetivos fundamentais aumentar a resiliência das comunidades vegetais e povoamentos florestais, bem como a capacidade de supressão dos meios empenhados no combate.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	<p>Atendendo aos limiares de resiliência ao fogo e mecanismo de dispersão das espécies arbóreas e espécies arbustivas dominantes face a fogos de elevada intensidade, severidade e extensão, o PRGP SC propõe:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mudanças no regime de fogo que promovam ocorrências de menor dimensão e de baixa intensidade; ▪ Aumento da capacidade de supressão, através da diminuição da intensidade expetável do fogo. <p>A Proposta para a gestão do regime de fogo procura gerir a acumulação de combustíveis e alterar o comportamento do fogo à escala da paisagem, através das seguintes áreas estratégicas de gestão de combustível:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rede primária de faixas de gestão de combustível; ▪ Gestão de matos; ▪ Moisaico agro-silvo-pastoril; ▪ Moisaico agrícola heterogéneo; ▪ Recuperação de galerias ripícolas. <p>A Proposta prevê a diminuição da perigosidade dos fogos rurais no horizonte dos 10 anos, com maior expressão no horizonte de 50-100 anos.</p> <p>Prevê ainda a manutenção de 55,2% das áreas ocupadas com sobreiro e azinheira, com orientação silvo-pastoril ou agroflorestal, o que contribuirá para a redução das áreas de povoamentos florestais ardidas. Esta medida constitui-se como oportunidade para o combate em situações meteorológicas propícias a grandes incêndios rurais.</p> <p>Quanto à intensidade do fogo a Proposta de PRGP SC prevê uma redução global da intensidade linear da frente de fogo e da velocidade de propagação, reduzindo as áreas classificadas como muito elevada a extrema para 0,17% e 11,47% respetivamente. No que se refere à área de influência da rede primária, a intensidade linear das chamas é superior a elevada em 0,05% da sua área, e a velocidade de propagação é superior a elevada e, 10,27% da sua área.</p> <p>O regime de gestão de fogo proposto no Programa terá efeitos positivos no que se refere à perigosidade de fogos rurais, reduzindo a representatividade da AI nas classes de perigosidade Alta e Muito Alta. Porém, é de esperar que os efeitos ao nível da perigosidade de fogos rurais sejam mais evidentes no horizonte de 5 a 10 anos, uma vez que interferem com transformações na ocupação e gestão do solo cujos efeitos nem sempre são imediatos.</p>
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	<p>Prevê-se no curto e médio prazo, que o aumento da temperatura média ultrapassa os 1,5°C. As alterações climáticas implicam ainda alterações no nível de humidade e secura, regime de ventos, neve e gelo.</p> <p>Face à necessidade de se reduzirem as emissões de gases, destaca-se o papel das florestas, solos e oceanos enquanto sumidouros de carbono, podendo absorver anualmente cerca de 56% de CO₂ emitido.</p> <p>Os cenários de evolução de precipitação, temperatura e evapotranspiração, estimam a diminuição da precipitação anual média, do escoamento superficial médio e da recarga média anual das águas subterrâneas, acompanhado de um aumento da temperatura e evapotranspiração média anual.</p> <p>Estas alterações traduzem-se em consequências ao nível da qualidade da água, intensificação de episódios de seca, e maior pressão para a desertificação, com perda de biodiversidade associada à alteração da estrutura e dinâmica dos ecossistemas.</p> <p>Neste contexto, prevê-se um aumento da ocorrência de ondas de calor (duração e intensidade), intensificação dos grandes incêndios rurais e fenómenos meteorológicos extremos, com destaque para chuvas torrenciais, queda de granizo, ciclones e tornados.</p> <p>Estes novos regimes de temperatura e de precipitação potenciam a propagação de novas doenças, bem como o risco de pragas e doenças de plantas, extensíveis aos sistemas agrícolas e florestais.</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	<p>A Proposta de PRGP SC tem por base a sensibilização dos atores chave do território, visando a construção de soluções para a paisagem baseadas na natureza, no sentido de combater a perda da biodiversidade e, simultaneamente, tornar o território mais resiliente às alterações climáticas.</p> <p>A Proposta prevê modelos de gestão coletiva, orientadas para comunidades locais, tendo em vista uma melhor gestão e valorização da floresta.</p> <p>O Desenho da Paisagem Proposta, alinhado com os objetivos da REN, constitui uma oportunidade no que se refere à proteção dos recursos naturais água e solo, salvaguarda dos sistemas e processos biofísicos que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas e contribuição para a conectividade e a coerência ecológica das propostas. O Desenho da Paisagem Proposta remete para as orientações de gestão das áreas protegidas assegurando os objetivos de conservação a longo prazo das espécies e dos habitats existentes.</p> <p>Alinhada com a mitigação das alterações climáticas, a Proposta prevê Linhas de Ação associadas à “Recuperação e revitalização do coberto vegetal”, “Manutenção e expansão de mosaicos em zonas abertas”, e “Valorização e criação de habitats”.</p>

Quadro 7 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 2 Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<p>A Proposta contempla um conjunto de ações para os espaços florestais revitalizados, promovendo uma melhor gestão e valorização dos povoamentos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Abordagem integrada à problemática da perda de vitalidade das florestas de sobreiro, azinheira e das SAF de quercíneas; ▪ Melhoria do estado fitossanitário, dos povoamentos e das funções produtivas e de conservação; ▪ Diversificação das espécies arbóreas – Quercus Faginea e Quercus Canariensis; ▪ Manutenção das áreas de pinheiro-manso; ▪ Gestão das áreas de matos, dentro e fora das AEGC; ▪ Promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes. <p>A Proposta prevê as seguintes ações de manutenção e expansão dos mosaicos agrícolas e silvo-pastoris:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de ações de emparcelamento; ▪ Preservação de áreas agrícolas e expansão das mesmas, contribuindo para um mosaico agrícola heterogêneo e constituição de mosaicos agro-silvo-pastoril de áreas abertas; ▪ Preservação dos solos com melhor aptidão agronómica; ▪ Aposta nos produtos endógenos; ▪ Criação de condições para a fixação de população jovem. <p>Relativamente, às áreas rurais com gestão, a Proposta prevê um conjunto de iniciativas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalização dos principais aglomerados populacionais e outros “pontos de atividade humana”; ▪ Promoção da articulação do PRGP com as ZIF existentes, para uma melhor gestão e valorização da floresta; ▪ Estímulo para uma gestão multifuncional das propriedades; ▪ Incentivo à constituição de entidades de gestão coletiva – agrupamentos de proprietários.

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<p>A Proposta PRGP SC prevê, nas áreas com linhas de água e galerias ripícolas, as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalização e requalificação dos cursos de água existentes; ▪ Controlo da erosão nas bacias hidrográficas com a arborização de espécies autóctones; ▪ Reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo das espécies invasoras; ▪ Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais. <p>Quanto ao património cultural valorizado, a Proposta de PRGP SC prevê a promoção do património natural e cultural, através das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incremento das atividades turísticas, tradicionais e gastronómicas; ▪ Desenvolvimento de atividades económicas associadas ao turismo de natureza; ▪ Divulgação dos produtos tradicionais e endógenos; ▪ Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2; ▪ Recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural; ▪ Estruturação de uma rede de rotas pedestres existentes; <p>Revitalização dos aglomerados populacionais.</p>
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<p>A Proposta de PRGP SC visa estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, por medidas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização de setores económicos, potenciando uma atividade produtiva multifuncional das propriedades e adotando uma abordagem inter-geracional; ▪ Expansão de áreas agrícolas e de pastagem; ▪ Reconversão de áreas de matos em matos geridos e em mosaicos-agro-silvo-pastoril; ▪ Aposta numa oferta diferenciada e complementar dos produtos “Sol e Mar”; ▪ Incremento de atividades turísticas, desportivas, tradicionais e gastronómicas; ▪ Criação de um corredor turístico estruturado ao longo da estrada N2.

Quadro 8 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD 3 Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	<p>Face às características biofísicas e socioeconómicas do território, a Proposta preconiza na secção de aprovisionamento, serviços relacionados com o cultivo de “plantas terrestres para fins nutricionais”, “fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto”, “animais criados para fins nutricionais”, “plantas silvestres e cogumelos para nutrição” e, “animais silvestres para nutrição”.</p> <p>Sobre a secção de regulação e manutenção, foram identificados os serviços de “controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico”, “proteção contra incêndios”, “polinização e dispersão de sementes”, “manutenção de populações e habitats”, e “sequestro de carbono”.</p> <p>Relativamente à secção cultural, destacam-se os serviços de “recreio e turismo de natureza”, “cultura e património”, “apreciação estética da paisagem”, e “caraterísticas dos sistemas naturais que têm valor de existência ou legado”.</p> <p>Decorrentes da Proposta de Programa, para o critério Provisão dos SE, foi efetuada uma avaliação qualitativa do incremento da provisão dos SE identificados na AI, atendendo aos efeitos decorrentes das ações previstas no Desenho da Paisagem Proposto.</p> <p>Verifica-se uma maior valorização dos serviços de Regulação e Manutenção e dos Culturais, atendendo às ações preconizadas na Proposta do PRGP SC, com cerca de 37,5% dos efeitos positivos identificados, e uma menor valorização dos serviços de Aprovisionamento com cerca de 25% dos efeitos positivos.</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	<p>Os SE que obtiveram um maior incremento da sua provisão no exercício efetuado, foram as classes de “Animais silvestres para nutrição”, “Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico”, “Proteção contra incêndios”, “Manutenção de populações e habitats”, “Recreio e turismo de natureza”, “Cultura e património” e “Apreciação estética da paisagem”.</p> <p>Foram, contudo, identificados potenciais efeitos negativos nas classes Proteção contra incêndios e Manutenção de populações e habitats decorrentes das ações “Incremento de atividades turísticas, tradicionais e gastronómicas”, “Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza” e “Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2 e estruturação da rede de rotas pedestres existentes” pelos riscos inerentes a uma maior presença humana, nestes territórios vulneráveis.</p> <p>Sendo esta uma área reconhecida pela baixa intensidade produtiva e reduzida atividade socioeconómica, a avaliação traduz o menor peso atribuído aos serviços de Aproveitamento, e uma maior valorização dos serviços de Regulação e Manutenção e Culturais, fornecidos pelos ecossistemas.</p>

Quadro 9 – Análise de Oportunidades e Riscos – Questões Críticas de Sustentabilidade (FCD4 Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	<p>O PRGP SC, como programa setorial, têm como objetivo de sustentabilidade, assegurar a articulação do Programa com outros Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis e condicionantes legais, incorporando políticas e orientações de programas e planos territoriais e definido diretrizes e normas de transformação da paisagem a incorporar nos planos territoriais – PDM, e a transpor e aplicar nos programas territoriais – PROF Algarve e PNGIFR.</p> <p>Sendo assim, o PRGP SC integra e articula e compatibiliza as orientações estabelecidas pelo: PNPOT, PTP, ENF2030, PNGIFR, PSRN 2000, PROF Algarve, PROT AL e pelos PDM da AI.</p> <p>A estratégia de intervenção do PRGP SC e a sua configuração de medida programática decorrem do PTP, cujo âmbito encontra-se alinhado e conformado com o PNOT, ENF2030 e PNGIFR.</p> <p>Quando ao PROF Algarve são vertidas para a estratégia, e também para o Desenho da Paisagem, no que se refere ao ordenamento florestal, às aptidões florestais, às funções dos espaços florestais e as espécies florestais a privilegiar nas sub-regiões do “Barrocal”, “Nordeste” e “Serra do Caldeirão”.</p> <p>A Proposta de PRGP SC não identifica alterações a efetuar no PROF Algarve, incorporando os regimes de gestão dos espaços florestais, mas definindo diretrizes de transposição do PROF Algarve para os PDM.</p> <p>O Proposta comprova a compatibilidade das diretrizes do Programa e IGT, especialmente os PDM, no que se refere às regras de uso e ocupação do solo.</p> <p>Quanto às servidões e restrições de utilidade pública que incidem na AI, a proposta de PRGP SC considera-as como fatores de transformação da paisagem determinantes para o Desenho da Paisagem, em particular SRUP como a RAN e Áreas Nucleares – Rede Natura 2000, Rede Nacional de Áreas Protegidas e áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais.</p>

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Questões Críticas de Sustentabilidade
			Cenário 2 – Tendências Evolutivas e Expectáveis (com a implementação do PRGP SC)
FC4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	<p>A Proposta do PGRP SC considera de extreme relevância que a transformação da paisagem estivesse suportada num modelo de governança colaborativa, tendo como base a participação pública.</p> <p>Esta participação teve como foco, a envolvimento de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atores locais e regionais; ▪ Institucionais; ▪ Sociedade Civil. <p>O processo participativo contribuiu para a construção de uma visão conjunta dos objetivos de reordenamento e gestão da paisagem e de uma nova economia rural resiliente, propiciando o rendimento das atividades e da qualidade de vida da população.</p> <p>O envolvimento das diversas partes interessadas, ao longo de todo o processo de elaboração do PRGP SC permite a integração de informação, conhecimento e experiências, complementares à existente e publicada, possibilitando eventuais parcerias.</p> <p>O acompanhamento do PGRP SC, é efetuado sobre a coordenação da Direção-Geral do Território (DGT) e com o envolvimento de nove entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (Direção Regional de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve); ▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; ▪ Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve; ▪ Administração da Região Hidrográfica do Algarve; ▪ Entidade Regional de Turismo do Algarve; ▪ Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.; ▪ Câmara Municipal de Tavira; ▪ Câmara Municipal de São Brás de Alportel; ▪ Câmara Municipal de Loulé. <p>O processo de participação pública, compreende três momentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Diagnóstico; 2) Propostas; 3) Avaliação. <p>Decorreu, em simultâneo, a primeira e a segunda fase com: o mapeamento dos stakeholders – conta com cerca de 48 atores envolvidos; e entrevistas com atores. Identificou-se que o principal foco do PRGP SC deve ser o de atrair, fixar e melhorar a qualidade de vida dos habitantes, revitalizando a capacidade produtiva da Serra e reorganizando a paisagem, valorizando e preservando a estrutura ecológica e hídrica da Serra.</p> <p>Conta-se com a promoção da estruturação do território em mosaicos que favoreçam a sustentabilidade do território e resiliência ao fogo. Destaca-se o papel central dos aglomerados populacionais existentes na Serra, constituindo-se como polos agregadores.</p> <p>Os desafios estruturais no território enumerados consistem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Na dimensão da propriedade; ▪ No cadastro; ▪ No envelhecimento populacional; ▪ Na falta de infraestruturas. <p>Além dos três momentos participativos, a discussão pública, promove uma sessão pública de apresentação da Proposta e de debate.</p>
		Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	

6.2 COMO SERÁ FEITO O ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PRGP SC?

Apresenta-se nos Quadros 10, 11, 12 e 13 a inventariação das medidas e recomendações de seguimento a serem implementadas, por FCD, as metas a atingir, a periodicidade da sua avaliação e as entidades responsáveis pela sua implementação e acompanhamento.

Quadro 10 – Programa de Seguimento (FCD Resiliência ao Fogo)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Uso e ocupação do solo	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com “Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível” cf. ENF2030 Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estudos que fundamentem as razões da perda de vitalidade e capacidade produtiva dos sobreiros Monitorizar a vitalidade dos povoamentos de quercíneas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado "Valorização dos sistemas agroflorestais de sobreiro e azinho promotores da multifuncionalidade e demais florestação arbórea de interesse para a conservação da natureza" relativa à medida de ação "Valorizar o território através da paisagem" cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve) 	Trienal	ICNF, DRAP Algarve, Universidade do Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a concretização das estratégias complementares de gestão de fogo 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Anual	DGT, AGIF, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve) 	Trienal	DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé

FCD	Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Gestão dos espaços rurais	Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais e a outros riscos no quadro de mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPO (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPO (até 2030) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos de atração de empresas, incentivos à criação de empregos e à fixação de população ativa 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPO (até 2030) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração floresta” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPO (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPO (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Manter a rentabilidade das culturas e diminuir o uso da água”, Aproveitar recursos endógenos e que melhorem a economia local” cf. PIAAC- AMAL) e “Utilizar águas para reutilização (ApR) na agricultura”, cf. PREH-Região do Algarve) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD1 RESILIÊNCIA AO FOGO	Fogos rurais	Diminuir a perigosidade dos fogos rurais	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as áreas ardidas por ocupação do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Manter a área ardida abaixo de 100ha Diminuição em 100% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 1000 ha 	Anual	DGT, AGIF, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as áreas ocupadas por servidões administrativas definidas ao abrigo do regime de gestão do fogo proposto Assegurar a concretização de medidas de mitigação preconizadas no âmbito do regime de gestão do fogo proposto 	<ul style="list-style-type: none"> Redução da área passível de ser consumida pelo fogo acima da capacidade de extinção nas áreas estratégicas de gestão de combustível 		
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a perigosidade estrutural e conjuntural de incêndios rurais mediante análise da cartografia de perigosidade de incêndio rural (ICNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Redução de 25% da área classificada como alta e muito alta perigosidade de fogo rural 		
	Alterações Climáticas	Promover a adaptação do território aos efeitos derivados das alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a taxa de erosão do solo Promover boas práticas agrícolas, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das metas definidas no P-3AC e no PIAAC AMAL 	Trienal	ICNF, APA
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a taxa de erosão do solo Promover boas práticas agrícolas, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das metas definidas no P -3AC, no PIAAC AMAL e no PANCD 	Trienal	ICNF, APA
			<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a instalação de espécies e variedades melhor adaptadas às mudanças no clima e aos eventos extremos Reconversão de culturas para espécies, variedades e cultivares menos exigentes em água 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Salvaguarda dos solos de elevado valor e/ou suscetíveis à desertificação” relativas à medida de ação “1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé, ICNF, APA, Associações de produtores, Agricultores e produtores florestais

Quadro 11 – Programa de Seguimento (FCD Valorização do Território)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com “Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível” cf. ENF2030 Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” e “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativas à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estudos que fundamentem as razões da perda de vitalidade e capacidade produtiva dos sobreiros Monitorizar a vitalidade dos povoamentos de quercineas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos sistemas agroflorestais de sobreiro e azinho promotores da multifuncionalidade e demais florestação arbórea de interesse para a conservação da natureza” relativa à medida de ação “Valorizar o território através da paisagem” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com espaços florestais e floresta para a SRH da Serra do Caldeirão (PROF Algarve) 	Trienal	ICNF, DRAP Algarve, Universidade do Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a concretização das estratégias complementares de gestão de fogo 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Anual	DGT, AGIF, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o emparcelamento das propriedades rústicas Promover o associativismo e gestão coletiva dos proprietários de prédios rústicos viabilizando o acesso a programas de apoio e investimento 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários

FCO	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCO2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Valorização dos ativos do território	Promover a competitividade do território através da valorização e gestão sustentável dos seus ativos	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPT (até 2030) 	Trienal	DGT, DGADR, DRAP Algarve, CM envolvidas, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estudos com vista à identificação da vegetação ripícola, a sua composição e identificação das espécies invasoras Promover ações de manutenção das galerias ripícolas criadas e reabilitadas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da meta relacionada com a “Manutenção e recuperação das galerias ribeirinhas” cf. ENF2030 	Trienal	ICNF, APA CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as ações de recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reabilitação do património cultural e arquitetónico” relativa à medida de ação “Valorizar o território através da paisagem” cf. PNPT (até 2030) 	Trienal	DGT, DGPC, CCDR Algarve, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” e do efeito esperado “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPT (até 2030) 		

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas • Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) • Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a evolução das áreas que concorrem para a multifuncionalidade da paisagem - mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos agro-silvo-pastoril que contribuam para descontinuidades no território 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do efeito esperado “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” e do efeito esperado “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGT, ICNF, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos • Monitorizar o incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético e científico, rede de rotas pedestres, atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos recursos e ativos endógenos com potencial turístico, através da dinamização e animação do território” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural”. 	Trienal	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar o incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético e científico, rede de rotas pedestres, atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas) 		Trienal	Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve, ICNF

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos • Monitorizar o incremento das atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético e científico, rede de rotas pedestres, atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do efeito esperado “Valorização dos recursos e ativos endógenos com potencial turístico, através da dinamização e animação do território” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural”. 	Trienal	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a aplicação do modelo de financiamento multifundos da PTP (PRR, FEADER, FA, FFP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Validação da aplicação na área do PRGP SC dos apoios na modalidade operacional multifundos (FEADER, Fundo Ambiental e PRR) previstos na PTP, no FEDER e nos P Regionais e na PAC 2023-2027 	Anual	Entidade gestora do PRR, IFAP, Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, ICNF, CCDR Centro
			<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas • Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPO (até 2030) • Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPO (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
			<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas • Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPO (até 2030) • Cumprimento do efeito esperado “Minimização das situações de perda demográfica nos meios rurais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPO (até 2030) • Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPO (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD2 VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	Dinâmica socioeconómica	Estimular a atratividade do território pela diversificação das atividades económicas, criação de emprego, fixação da população e a dinamização dos aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a evolução das dinâmicas socioeconómicas • Criar mecanismos de atração de empresas e incentivos à criação de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento dos efeitos esperados “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos” e “Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” • Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030) • Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve
				<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento dos efeitos esperados “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos” e “Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Trienal	DGADR, DRAP Algarve, Região de Turismo do Algarve, CCDR Algarve

Quadro 12 – Programa de Seguimento (FCD Serviços dos Ecossistemas)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD3 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	Provisão dos serviços dos ecossistemas	Incrementar e valorizar a provisão dos serviços dos ecossistemas (SE)	Monitorizar a evolução do incremento da provisão dos SE identificados na área de intervenção decorrentes das ações previstas	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Produção de informação e mapeamento de ecossistemas e seus serviços para dispor da sua valoração e posterior remuneração” relativa à medida de ação “Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial” cf. PNPOT (até 2030) Validação da aplicação na área do PRGP SC dos apoios na modalidade operacional multifundos (FEADER, Fundo Ambiental e PRR) previstos na PTP, no FEDER e nos PO Regionais 	Anual	DGT, DGADR, DRAP Algarve, ICNF, APA, AGIF, ERT Algarve, CCDR Algarve, CM de Tavira, CM de São Brás de Alportel, CM de Loulé
			Monitorizar os pagamentos dos serviços dos ecossistemas aplicados às Áreas e Ações Prioritárias Identificadas			Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, Entidades Gestoras das AIGP

Quadro 13 – Programa de Seguimento (FCD Governança Territorial)

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FCD4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Reforçar as competências e o relacionamento entre atores públicos e privados	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP) 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reforço da participação cívica nos processos de elaboração, monitorização e avaliação de instrumentos de gestão territorial” relativo à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” cf. PNPOT (até 2030) 100% dos atores públicos e privados identificados como partes interessadas 	Anual	DGT, DGADR, CCDR Algarve, DRAP Algarve, AGIF, ICNF, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
			<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de formação em áreas técnicas necessárias à implementação das ações do PRGP SC (p.e. nas áreas da agro-silvo-pastorícia, gestão cinegética, gestão do fogo, candidaturas a financiamentos) Promover ações de sensibilização e de formação dos proprietários e outros agentes do território nas ações de transformação e gestão da paisagem previstas no PRGP SC Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território” relativa à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” e do efeito esperado “Aumento da qualificação em competências digitais e competências sectorialmente e territorialmente especializadas” relativa à medida de ação “Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas” cf. PNPOT (até 2030) 		
			<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP) Incentivar o empreendedorismo e a gestão agregada das propriedades rústicas 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Dinamizar redes colaborativas de inovação rural” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” e do efeito esperado “Reforço das redes de cooperação territorial” relativa à medida de ação “Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais” cf. PNPOT” (até 2030) 		

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Medidas e recomendações	Metas a atingir	Periodicidade	Entidades responsáveis ou Parceiros
FC4 GOVERNANÇA TERRITORIAL	Cooperação territorial	Promover o envolvimento e corresponsabilização dos agentes do território	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias a partir de redes colaborativas com diferentes agentes para a implementação das ações do Programa (dando continuidade a algumas relações estabelecidas durante a elaboração do PRGP) 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento do efeito esperado “Envolvimento das comunidades locais na resolução de problemas e cocriação de soluções de ordenamento do território” relativa à medida de ação “Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial” cf. PNPOT” (até 2030) 100% dos agentes do território identificados como partes interessadas Cumprimento do efeito esperado “Fomentar uma maior coordenação e articulação entre as entidades envolvidas e as políticas e planos setoriais, territoriais, e de financiamento” relativa à medida de ação “Prevenir riscos e adaptar o território às alterações climáticas” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Dinamizar redes colaborativas de inovação rural” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030) 	Anual	DGT, DGADR, CCDR Algarve, DRAP Algarve, AGIF, ICNF, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários
	Articulação entre IGT	Assegurar a articulação / compatibilização do Programa com outros IGT aplicáveis, bem como com condicionantes territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Aferir a conformidade da articulação/compatibilização da Proposta de PRGP SC com os restantes IGT aplicáveis na área de intervenção Assegurar a integração das diretrizes e normas do PRGP SC nos PDM e demais instrumentos aplicáveis Garantir a valorização das áreas que integram as SARUP Monitorizar a evolução dos usos nas áreas das SARUP 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de conformidade do PRGP SC com os IGT aplicáveis 100% de conformidade do PRGP SC com condicionantes territoriais 	Anual	DGT, CCDR Algarve, APA, DRAP Algarve, CM Loulé, Tavira e São Brás de Alportel

7 ONDE POSSO CONSULTAR O PRGP SC?

O período de consulta pública da Proposta do PRGP SC tem **início a 9 de outubro de 2023 e término a 21 de novembro de 2023**.

É possível consultar a Proposta do PRGP SC nos seguintes locais:

a) **Em papel** – Relatório do Programa, Cartografia de Suporte (Desenho da Paisagem Proposta e Desenho da Paisagem Proposta – Áreas Prioritárias), Sumário Executivo, Relatório Ambiental, Resumo Não Técnico:

- **Direção Geral do Território**
 - Telefone: (+351) 213 819 600 | (+351) 930 412 554
 - Morada: Rua Artilharia 1, n.º 107, 1099-052 Lisboa
 - Horário de atendimento ao público: 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 17h00

- **Serviços Centrais da CM Loulé**
 - Telefone: (+351) 289 400 600
 - Morada: Praça da República, 8104-001 Loulé
 - Horário de atendimento ao público: 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 16h00

- **Serviços Centrais da CM São Brás de Alportel**
 - Telefone: (+351) 289 840 000
 - Morada: Rua Gago Coutinho 1, 8150-151 São Brás de Alportel
 - Horário de atendimento ao público: 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 17h00

- **Serviços Centrais da CM Tavira**
 - Telefone: (+351) 281 320 500
 - Morada: Praça da República 1, 8800-951 Tavira
 - Horário de atendimento ao público: 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 17h00

b) **Em digital** (na Internet):

- na página da Internet do **Portal Participa** – <https://www.participa.pt>
- na página da Internet da **DGT** – <https://www.dgterritorio.pt>
- na página da Internet da **CM Loulé** – <https://www.cm-loule.pt.pt>
- na página da Internet da **CM São Brás de Alportel** – <https://www.cm-sbras.pt>
- na página da Internet da **CM Tavira** – <https://www.cm-tavira.pt>

As **observações e sugestões** relativas à Proposta do PRGP SC poderão ser submetidas no **Portal Participa** (<https://www.participa.pt>), ou mediante preenchimento de **Ficha de Participação em papel**, a disponibilizar nos respetivos locais de consulta.